

# A ALALC E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO COMÉRCIO NA AMÉRICA DO SUL

Ten-Cel Inf (QEMA)

HELY DE ANDRADE PIRES (\*)

## RETROSPECTOS

O Comércio, na realidade, tem sido a mola mestra do progresso em todo o mundo, desde que o homem sentiu a necessidade de realizar as trocas das utilidades que lhe sobravam pelas que lhe faltavam, completando sua vida naquilo que presumia ser seu ideal de felicidade ou bem-estar material.

A simples troca de objetos, com o aparecimento do dinheiro passou a ser melhor regulada e trouxe consigo uma idéia de lucro, permitindo que essa atividade que nascia, em pouco tempo se tornasse preponderante e indispensável, evitando que o consumidor entrasse em contato direto com o produtor, geralmente instalado em local distante dos centros de consumo, e reduzindo a ambos a perda de tempo e trabalho.

Tanto progrediu que, atualmente, é impossível a indivíduos isolados, grupos humanos, nações ou grupos delas sobreviverem sem comércio que, mesmo precário, não lhes permita um intercâmbio mínimo das utilidades indispensáveis.

Tudo que se produz é feito com a finalidade de comerciar, já que normalmente o produto excede as necessidades individuais do produtor.

As indústrias, as atividades agrícolas, pecuárias, mineiras, os transportes, as comunicações, as atividades sociais e até mesmo as governamentais, encerram no fundo a idéia do comércio ou de seu controle em benefício da coletividade. Realizar trocas em condições que satisfaçam produtores e consumidores de modo a desenvolver os grupos participantes, dando-lhes cada vez maior incremento nos negócios, bem-estar social e segurança, é o objetivo atual do co-

---

(\*) Esta monografia foi preparada quando o autor cursava o 3º ano da ECEME, em 1965. É baseada em artigos publicados em jornais e revistas do Rio, destacadamente "Diário de Notícias", "O Globo", "Correio da Manhã" e "Visão"; bem como, em especial, nos trabalhos de autoria dos Srs. Henrique Vale ("ALALC: realizações e perspectivas") e Maj Niaze Almeida Gerude ("ALALC").

mércio. Como de certa forma ninguém pode se considerar fora das atividades comerciais, conclui-se que êsse objetivo é também universal.

Foi o comércio que na antiguidade levou os fenícios a enfrentar o mar desconhecido e já no século XV ensejou a descoberta do Nôvo Mundo.

Sôbre êste último fato faremos as considerações que se seguirão.

### DESCOBERTA DO NÔVO MUNDO

As grandes descobertas foram ensejadas pelas atividades econômicas. Não apenas a busca de novos mercados como também a falta momentânea ou dificuldades de alguns dêles.

Desta forma, vemos Espanha e Portugal se lançarem ao mar na procura de novos caminhos para as Índias, mercado mundial, já que bárbaros se haviam apossado das principais regiões de trânsito e eram francamente hostis.

Esse incentivo levou os países mais prejudicados a expandirem suas frotas marítimas e incrementar suas pesquisas geográficas e ao aperfeiçoamento da navegação de alto-mar, tudo com os resultados altamente positivos que já conhecemos.

Descoberta a América, as primeiras atividades que aqui se procederam tiveram como objetivo a posse da terra e o aproveitamento imediato de tôdas as riquezas e produtos aqui encontrados. O sistema colonial que para aqui se transportou, com seu rígido contrôle através do monopólio, visava principalmente às atividades comerciais.

Na América espanhola, vemos inicialmente a depredação e confisco dos tesouros indígenas e em seguida a extração mineira que veio a se tornar principal.

Já na América portuguesa, à falta inicial da descoberta de ouro e enquanto, com todo afã, se procedia à sua busca, teve início a expansão territorial e a exploração da agricultura.

No Sistema Colonial vigente em ambas as Américas era comum, contudo, o rígido monopólio estatal, mais rígido ainda na América espanhola, onde os próprios núcleos coloniais eram proibidos de comerciar entre si. Tentava-se justificar êsse contrôle pela necessidade de restringir ao máximo o contrabando e de dar proteção às frotas pela existência de mares infestados de piratas, e que realmente ocasionavam graves prejuízos às metrópoles. Isso era mais ainda agravado pela política externa adotada pelos países descobridores, baseada quase sempre em interesses dinásticos na Europa, realizados à base de alianças que tinham o inconveniente de atrair sôbre a América a cobiça e a ação predatória dos outros países que por qualquer motivo se colocavam em campo oposto. Isso só podia agravar

cada dia mais a situação das colônias, cuja economia se combalia dia a dia, embora as metrópoles pudessem apresentar uma situação de relativa abundância.

A primeira metade do século XIX marcou a etapa definitiva na emancipação dos povos latino-americanos, consequência dos exemplos observados na França e Estados Unidos da América, onde o povo, não suportando mais o tácio opressor das classes privilegiadas, e já politicamente amadurecido, resolveu por conta própria decretar sua maioridade, como país. A consequência foi a explosão de liberdade que roubou à Espanha e Portugal as mais preciosas jóias de suas coroas.

Os novos países independentes trouxeram, contudo, como herança, um grande acervo de erros, omissões, visões deformadas da realidade econômica e um anseio de liberdade tão grande e por isso mesmo difícil de satisfazer, quanto o fôra o jugo tirânico que sofreram. Esses fatos vieram produzir na estrutura econômica dos países libertos, os seguintes aspectos negativos, refletindo-se particularmente no seu comércio, que podemos definir como o próprio sangue da economia :

- Produção concorrente em muitos dos novos países ;
- Produção mineral dependente de beneficiamento no estrangeiro, passando a depender dos preços oferecidos pelos países mais industrializados, e assim inferiorizados no momento de impor condições justas ;
- As lutas pela definição das fronteiras, geralmente em torno das economias mais desenvolvidas; as lutas pelo poder, irato da imaturidade política; as distorções administrativas, etc., agravaram de modo sensível a já debilitada economia e criaram antagonismos que permanecem até os dias atuais ;
- A deficiência em ligação e transportes provocaram o isolamento de certas regiões ou mesmo o seu enclausuramento, tal como aconteceu ao Paraguai e Bolívia ;
- A falta de capitais que apoiassem as iniciativas geradoras de progresso, — tudo isso concorreu para o abaixamento de nível de vida e a estagnação que atualmente se conhece sob o requinte vernáculo de "subdesenvolvimento".

O século XX, caracterizado pelas grandes causas, grandes descobertas e grandes empreendimentos, teve talvez como principal descoberta, a do valor real da pessoa humana. Pela primeira vez se proclamou e se codificou esse valor perante o mundo, nas assembléias da ONU e da OEA. Estas entidades também foram fruto da percepção dos estadistas deste século e também nasceram do avanço ideológico do mundo no sentido de preservar a paz e a harmonia entre as nações, elevando seus padrões de economia e cultura, tendo por base comum a liberdade em sua forma mais autêntica: a democracia.

Segundo êsses princípios, terminada a guerra de 39/45, vemos o esforço conjunto de vencedores e vencidos no sentido de levantar as economias destruídas das potências derrotadas, quadro bem diverso de antigamente, quando a tradição era jungi-las às dívidas de guerra. Desta feita surge o "Plano Marshall" e pouco tempo depois, mirados em seu exemplo, surgem algumas alianças, puramente econômicas, com a finalidade de, pela união, facilitar a resolução dos problemas econômicos dos interessados. Desta forma surgem as entidades denominadas BENELUX (1948), MERCADO COMUM EUROPEU, COMUNIDADE EUROPÉIA DO CARVÃO E DO AÇO (1951), COMECOM (países socialistas), ASSOCIAÇÃO EUROPÉIA DE LIVRE COMÉRCIO (1959, reunindo Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido), etc.

Êsses blocos econômicos, cada um buscando a defesa e a integração de seus interesses, criaram um problema de monopólio de mercados prejudicial aos não associados, que como solução não têm outra alternativa senão também se unirem, transformando o comércio internacional em comércio interblocos.

A América Latina, que realmente pode ser denominada uma Grande Comunidade, com características próprias, por suas particularidades étnicas, religiosas e principalmente vizinhança e semelhança de problemas, tem possibilidades de realizar uma entidade econômica com as características das já acima citadas. Os homens da América Latina bem compreenderam êsses aspectos conjunturais e reunindo esforços, criaram em 1960 a ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC).

#### ALALC : — O QUE SE PRETENDE ?

Compreendendo a realidade Latino-Americana e as tendências mundiais, os países da ALALC (inicialmente Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, acrescidos depois pelo Equador e Colômbia) esperam realizar na AL um comércio interzonal mais atuante pela criação e desenvolvimento de mercados que possibilitem maiores e melhores trocas e conseqüentemente a elevação da renda *per capita* das populações dos países associados.

Para a obtenção dêsses objetivos a ALALC adotou certas NORMAS que deverão ser seguidas, levando em conta os diferentes graus de desenvolvimento e de estrutura econômica dos países associados, de modo a que sem rigidez possam ser seguidas.

Entre essas NORMAS estão as seguintes :

- a) Processo gradativo de liberação de gravames e restrições alfandegárias a produtos essenciais ao desenvolvimento da Zona

Êste processo será realizado em um prazo experimental de 12 anos, o que permitirá comprovar vantagens e desvantagens que cada

associado obtém, para em seguida compensar ou corrigir distorções, possibilitando obter uma cooperação cada vez maior entre os países contratantes.

Negociações periódicas serão realizadas, visando à criação de duas listas: uma NACIONAL, na qual constarão produtos para os quais serão outorgadas concessões para importação pelos países da ALALC, e outra COMUM, na qual deverão constar os produtos totalmente liberados por todas as partes contratantes, ao final dos 12 anos estabelecidos.

As listas NACIONAIS, apresentadas anualmente, deverão conter produtos para os quais são concedidas reduções que deverão se manter inferiores a 8% da média ponderada dos gravames em vigor em países fora da Zona. Um esforço será realizado pelas partes contratantes para incluir novos produtos nas listas NACIONAIS, mesmo que não tenham sido objeto de transação, a fim de possibilitar o incremento e a dinamização da ZONA DE LIVRE COMÉRCIO.

Objetivando ainda atender à nascente economia da ZONA, os compromissos de redução de gravames serão, os mínimos possíveis e desejáveis no momento, assim como as concessões, como norma geral, serão consideradas irreversíveis, podendo, entretanto, haver substituição de concessões, desde que estabelecida a reciprocidade.

A lista COMUM, apresentada de 3 em 3 anos, é a relação dos produtos que deverão ao fim dos 12 anos gozar de total liberação e livre circulação em toda a ALALC. Os produtos incluídos nesta lista não poderão dela se retirar e deverão ainda sofrer redução de gravames que atinjam os seguintes níveis: 25%, 50%, 75% e 100%, ao fim dos 1º, 2º, 3º e 4º triênios.

**b) As concessões devem ser recíprocas**

Por esta NORMA nenhum país pode pretender maiores benefícios do que pretende oferecer. Os que se julguem prejudicados poderão solicitar a concessão de vantagens convenientes ao restabelecimento da reciprocidade, em negociações seguintes.

**c) Tratamento incondicional de nação mais favorecida**

De conformidade com esta cláusula, todas as vantagens e benefícios, inclusive os de ordem aduaneira ou administrativa, ou ainda os de sentido fiscal, monetário e cambial, concedido a qualquer membro da ALALC, por um participante dela, se estenderá automaticamente a todos os demais associados.

**d) Cláusulas especiais que favorecem países que possuem menor desenvolvimento econômico**

Isso visa a possibilitar o soerguimento do país nas condições acima referidas, de forma a propiciar as trocas em igualdade de condições em breve prazo, e nunca uma concorrência que lhe seria perniciososa.

### e) Outras cláusulas especiais

Que permitem a expansão e o intercâmbio de complementação, particularmente entre indústrias, visando a dar-lhes condições de produtividade que possam interessar a toda a Zona.

### f) Medidas de proteção

Que permitirão a países membros restabelecer restrições às importações quando as concessões possam a vir a causar danos graves às economias desses países. Poderá também ser autorizada a adoção de medidas de caráter restritivo, por um país da ALALC, aos demais membros, desde que já tenha adotado para outros países fora da Zona, e que poderão ser recomendadas para produtos ainda não incluídos nos programas de liberação, desde que a medida tenha benefício relevante para o país adotante.

### g) Ampla colaboração no setor da agricultura

Todos os signatários deverão envidar esforços para incrementar e desenvolver a agricultura e comercializar seus produtos. Isso deverá se fazer através de acordos especiais.

Esses, em linhas gerais, são os propositos da ALALC. Muitos obstáculos ainda deverão ser transpostos para que os seus frutos possam ser devidamente apreciados e reconhecida a excelência dos serviços que pode prestar.

## RESULTADOS

Não seria possível falarmos de resultados econômicos sem um mínimo de cifras. Portanto, elas aqui aparecerão, buscando apenas o necessário a dar uma noção dos níveis já atingidos, pela ALALC, sem descer a muitos detalhes, o que também escaparia às nossas possibilidades de simples observador.

Os 9 países que atualmente compõem a ALALC possuem 17,3 milhões de km<sup>2</sup> e constituem 76,5% da superfície da AL e 12,8% da mundial.

Abrangem uma população de cerca de 172 milhões de habitantes (1963), o que constitui 81,9% da população da AL e 5,8% da total mundial.

O mercado tem possibilidades de atender 250 milhões de habitantes, desde que devidamente coordenados os esforços e realizada a integração das economias dentro da Zona.

Em 1963 se podiam obter os seguintes dados :

- nove países da ALALC realizavam exportações no valor de 80% dos totais da AL e absorviam 53% das importações interzonais ;
- em termos de Produto Nacional Bruto, os mercados da ALALC poderiam ser dimensionados em valor aproximado de 47 bilhões de dólares.

Isso já era algum resultado positivo, mesmo comparando com o Mercado Comum Europeu, onde encontraríamos um valor de 190 bilhões de dólares para uma população de 170 milhões de habitantes e somente Alemanha e França concorriam, respectivamente, com 70 e 60 bilhões de dólares.

As perspectivas atuais, apesar disso, são de desenvolvimento da ALALC. Segundo o Sr. ALBERTO SOLA, Secretário Executivo da ALALC, o comércio interzonal até fins de 1965 terá aumentado em cerca de 150% em relação ao ano de 1961.

Já se acham liberados para comercialização cerca de 8.500 produtos e reduzidos gravames em mais de 5.000 outros.

### PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Os problemas da ALALC, contudo, não são pequenos e deverão ser encarados com realismo, visando a uma solução consentânea e, o que é mais difícil, que só redunde em benefício para todos. Entre esses problemas ressaltam os que se seguem :

- Desnível econômico entre os países membros, obrigando à adoção de medidas especiais que promovam com prioridade o levantamento dessas economias, a fim de que possam colaborar ativamente com os demais.
- Deficiência de transportes, particularmente o marítimo, que é responsável por 90% das trocas interzonais. Cumpre estabelecer uma política de fretes que realmente forneça proteção aos países membros, além de realizar um esforço realmente grande para que sejam sanadas as deficiências de terminais marítimos, processamento nos portos (burocracia), etc.
- Problema de origem das mercadorias incluídas nos programas de liberação, que muitas delas são semimanufaturados provenientes de fora da Zona, sendo algumas vezes apenas montados os conjuntos nos países membros. Dar concessões a esses tipos de artigos é beneficiar mais o país extrazonal do que propriamente o associado.
- Disparidade na política cambial das partes contratantes.
- Disparidade de gravames alfandegários entre os países membros.
- Rede bancária restrita. Falta de intercomunicação dos mercados de capitais.
- Falta de agências e sucursais da ALALC, em quantidade suficiente nos países membros.
- Falta de um adequado mecanismo de crédito e financiamento das operações.
- Necessidade de maior coordenação entre as políticas e programas de desenvolvimento das partes.

- Existência de programas de desenvolvimento nacionais sem visão de conjunto zonal, com o aparecimento de economias competitivas.
- Falta de estímulos internos e de conhecimento das possibilidades dos demais países associados.
- Falta de apoio político para as resoluções da ALALC, o que poderá redundar na não ratificação das decisões tomadas durante as reuniões das Conferências. Etc.

Para solução desses problemas, algumas idéias poderão ser aventadas, entre elas as que se seguem :

- Planificação das soluções encaradas de maneira global.
- Difusão dos princípios da ALALC e seus objetivos, o mais possível, entre todas as classes produtoras, comerciais, dirigentes e povo dos países membros, dando-lhes a consciência de como ela pode contribuir para a solução de seus problemas.
- Abandonar as atitudes de desconfiança e aceitar os conselhos técnicos dados pelos diversos órgãos de consulta da ALALC.
- Em igualdade de condições de preços, qualidade, prazos, etc., dar prioridade aos produtos da Zona.
- Abandonar a política de auto-suficiência em todos os setores, porque isso é antieconômico e redundante em prejuízo, principalmente de quem a adota.
- Dar maior incentivo à iniciativa privada.
- Dar maior apoio governamental, em todos os setores, às atividades da ALALC. Etc.

### O BRASIL NA ALALC

Desde o início do funcionamento efetivo da ALALC em 1962, até 1964, o intercâmbio comercial do Brasil com os países membros aumentou de 140,4 milhões de dólares para 300,8 milhões, isto é, cresceu de 114,2%.

Quanto à inclusão de novos produtos, podemos realizar a seguinte comparação: em 1962, dos 69,9 milhões de dólares exportados para a Zona, 1,9 milhões eram de novos produtos; já em 1964, dos 118,9 milhões exportados, 21,4 milhões eram de novos produtos e representavam 18% do volume da exportação do ano.

No que se refere às importações de novos produtos, diremos que em 1964 o seu volume correspondeu a 21,6% do total do ano.

Levando em conta o valor total das trocas, podemos ver que o Brasil em 1961, um ano antes de iniciada a aplicação do tratado de Montevideu, remeteu 6,8% de suas exportações para os países que formariam a ALALC e deles recebeu um volume de mercadorias correspondente a 3,1% do total das importações brasileiras. Já em 1964 as exportações brasileiras para a Zona atingiram 9,3% do total



exportado, enquanto que da Zona recebíamos 13,3% do valor total de nossas importações. Mesmo assim, em 1964, o Brasil teve um "deficit" com os demais países da Zona, de 88 milhões de dólares, o que, de certo modo, revela uma tendência de nivelamento do comércio do nosso país com a ALALC.

As perspectivas para o futuro, entretanto, são muito promissoras, particularmente no que toca à indústria: — navios, automóveis, autopeças, eletrodomésticos, tornos, motores elétricos e outros, sem desprezar tradicionais produtos não industrializados, tais como madeiras, mate, carnes, café, etc., têm tido cada vez maior aceitação na AL. Por outro lado, nosso mercado importador tem avidez de consumo em petróleo, metais não ferrosos, fertilizantes, trigo, etc., que bem nos poderão manter em regime contínuo de trocas, possibilitando a integração do nosso mercado no seio da ALALC.

### CONCLUSÕES

A despeito das dificuldades ainda existentes, a ALALC nestes poucos anos de vida tem verdadeiramente um saldo positivo de realizações em benefício dos países membros. Tanto é assim que a BOLÍVIA e VENEZUELA, que inicialmente não ingressaram na Associação, realizam esforços para ingresso, e isso é fruto da observação desses saldos positivos. E não apenas estes dois países tentam, atualmente, sua entrada na ALALC. Os países centro-americanos que já constituem hoje o chamado MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO, como também a ESPANHA, já procuraram ingressar na Zona de Livre Comércio.

Futuramente a ALALC deverá tender para o MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO, em moldes semelhantes ao MERCADO COMUM EUROPEU. Obstáculos ainda considerados muitos difíceis de transpor, impedem essa concretização entre eles os seguintes:

- falta de conhecimentos recíprocos entre os países membros;
- poucos núcleos de vida econômica e social, existente na orla marítima e sem um sistema adequado de intercomunicações;
- produção concorrente, de produtos dos quais as nações associadas dependem fundamentalmente;
- inexperiência dos setores públicos, quanto à mecânica do sistema a ser pôsto a funcionar;
- desconfiança dos setores privados e governamentais;
- anseios generalizados de desenvolvimento industrial próprio;
- etc.

Contudo, é preciso não desanimar e não esquecer que no MCE, ainda hoje, a integração não é completa, apesar do adiantado em que já se encontra.

Outra tendência existente, que também é anseio, é a reunião em um só organismo, dos Órgãos de estudo, planejamento e de conselhos

técnicos existentes na OEA, ALALC e ALIANÇA PARA O PROGRESSO, ou que pelo menos esses órgãos possam trabalhar em coordenação, a fim de que o esforço na mesma direção possa ser realizado sem o desperdício de numerário, técnicos, tempo, ou outros meios tão escassos na AL.

Mas algo de útil já foi realizado e desta forma, como afirmou o Sr. GARCIA REYNOSO, subsecretário da Indústria e Comércio do MÉXICO, "A AL já superiou a etapa de discussões sobre a conveniência de integrar-se economicamente" e isso, completamos nós, já é um grande passo que nos abre o caminho para as realizações efetivas.

Na Conferência de Chanceleres, realizada em MONTEVIDEU entre 3 e 6 de novembro de 1965, pela ALALC, entre outros assuntos importantes, foram aprovadas as seguintes resoluções:

- criação, na ALALC, de um Conselho de Ministros;
- constituição de um fundo regional de pré-inversão sobre programas de integração regional;
- promoção e difusão da ALALC para que sejam mais conhecidos seus objetivos.

Por fim, e para terminar, chegamos à conclusão de que todos os esforços devem ser feitos para que os objetivos da ALALC sejam colmados e a AL possa se desenvolver de modo uniforme e constante e permitir aos seus habitantes uma renda *per capita* digna e suficiente a lhes proporcionar os requisitos mínimos de uma vida onde a miséria, o analfabetismo e as endemias possam realmente desaparecer. Não se trata apenas de um ato humanitário. É a própria sobrevivência da AL que está em jogo. Com o baixo padrão de vida em grandes regiões da Zona, além de campo propício para a degradação física e até mesmo moral, haverá também uma porta aberta às doutrinas que levam o homem à escravidão, pelo desespero. Um convite ao comunismo e uma ameaça de aniquilamento daqueles que, por comodismo, omissão, preguiça ou egoísmo, não desejam, podendo, ajudar ajudando-se também.

Os esforços da AL para abandonar a sua condição de subdesenvolvimento será grande. Se houver ajuda externa e justa, esse trabalho será facilitado.

Fatos recentes demonstram o que poderia acontecer à AL e até mesmo com os seus vizinhos, já considerados desenvolvidos, se por infelicidade ou falta de visão desses vizinhos, na AL aparecessem outros satélites de MOSCOU. A própria sobrevivência do Novo Mundo, e por que não dizer, de todo o mundo, estará em perigo.

Cumpra-se à própria AL, portanto, realizar o esforço principal, ajudada entretanto por todos os povos livres e que pretendem realmente conservar esta maravilhosa condição.